

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: TEORIA E PRÁTICA

Aluna: Lenite Benedeti

Orientadora: Joseth Martins

Altônia , fevereiro de 2010

RESUMO

A pesquisa é basicamente bibliográfica e teve como objetivo estudar a gestão escolar democrática: teoria e prática, caracterizando principalmente a formação dos colegiados, a eleição para diretores e outros fatores que evidenciam a democratização do sistema educativo. Assim, através de uma revisão bibliográfica abordar de uma forma bem distinta conceitos básicos a respeito deste assunto que hoje é o grande enfoque no sistema de ensino. O trabalho evidencia a problemática que afeta a constituição de uma escola voltada para a formação do ser humano em sua totalidade, buscando estratégias e conhecimento a respeito deste enfoque que encontra em suas barreiras a falta de informação e de conteúdo e também duas vertentes relacionadas ao dizer e ao fazer, teoria x prática. Os estudos e aprofundamento neste conteúdo são muito importantes, pois a escola sempre teve uma característica que não demonstrava a democratização, pelo contrário, por muitos anos a escola foi um espaço restrito ao acesso de poucos, onde o poder era determinado de acordo com determinadas hierarquias, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases, veio com trazer grandes avanços nesta área, demonstrando que uma escola democrática, onde há a participação de todos, através da eleição direta para diretores e também na formação dos conselhos escolares que são os alicerces para a concretização desta tão sonhada democratização do setor educacional. Por outro lado, ainda exista uma grande desvantagem a respeito deste assunto no momento em que se pensa na prática. As escolas precisam de mais suporte teórico e/ou prático visando um sistema democrático com mais especificidade, porém há vestígios de que este é um caminho curto e em breve será atravessado.

Palavras-chave: Democracia; Gestão; Teoria; Prática.

INTRODUÇÃO

Muitos não saberiam dizer o que vem a ser gestão, e por outro lado o significado de democracia.

O Dicionário Aurélio diz que “Gestão [Do lat. gestione.] Substantivo feminino.

1. Ato de gerir; gerência, administração.” E democracia tem a ver com

1. Relativo ou pertencente à democracia (1 e 2); democrata. 2. Que se adapta aos interesses do povo. 3. Que emana do povo, ou que a ele pertence; popular: representação democrática; governo democrático. 4. Que convive harmoniosamente com todas as classes sociais: O empresário é muito democrático perante seus subordinados. (HOLANDA, 1988)

Antes de qualquer interpretação desta expressão: Gestão Democrática, em relação ao setor educacional é preciso que se entenda que o mais importante deste processo está na administração que estes mantenham conceitos harmoniosos de convivência com todas as classes sociais, isto em qualquer instância. Observando alguns enfoques contextuais, como por exemplo, a falta de informação em relação à temática abordada, as escolas distantes de uma realidade democrática necessária, etc., é que se viu a necessidade de realizar estudos em relação à gestão democrática no setor educacional, visando com isto entender as inovações e as transformações que o contexto histórico vivenciou ao longo dos anos no sentido de tornar o setor escolar um espaço menos privativo e mais aberto a todas as vertentes apresentadas nas mais variadas consonâncias históricas.

É preciso que se entenda que a organização do espaço escolar exerce uma função muito específica na efetivação do processo ensino/aprendizagem. Por isto o gerenciamento do estabelecimento de ensino é algo que deve ser repensado e motivado a ser estruturado de forma organizacional, onde vários fatores devem ser priorizados na estruturação das tarefas.

Sabe-se que são vários os requisitos necessários para que a gestão democrática se efetive na prática, mas quais são eles?

Um estudo relacionado a estes pré-requisitos será o embasamento para este trabalho, tendo como necessidade a formação de conceitos que visualize uma necessidade mais ampla. Buscando levantar os conceitos significativos de inserção social, a construção do ser humano, suas habilidades, potencialidade e limitações,

os pontos conflitantes entre profissionais e alunos dentro de um ambiente educador, as estratégias de ação que amenizem toda a problemática, onde o enfoque principal é a Gestão Democrática.

Este artigo terá como base a realidade educacional de estabelecimentos de ensino, de modo geral, as suas reais estruturas de forma a compreender a organização de um setor que necessita de conceitos democráticos que façam parte de um todo, são objetos de estudos neste trabalho de pesquisa. Principalmente quando se fala da atuação do profissional, uma vez que a democracia neste país se camuflou ao longo do período histórico, promovendo a constituição de uma sociedade limitada em todos os setores.

Talvez este estudo possa esclarecer que o profissional da educação deve entender que faz parte de sua formação conhecer o contexto da escola, principalmente no enfoque da gestão democrática, mas para isto precisa buscar subsídios e estratégias de conhecimento. O estudo minucioso deste enfoque proporciona um grande avanço neste sentido.

Desta forma o estudo detalhado a respeito deste tema, buscando tanto na literatura como nos ambientes dos estabelecimentos de ensino, respaldo para que se explique a prática que se vivencia nas escolas hoje, visando se utilizar de documentos reais como Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar dos estabelecimentos de ensino a teoria que se estrutura neste sistema organizacional que é a escola faz parte de um trabalho que deve ser caracterizado como sistematizador.

A Constituição Federal e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica oferece nortes precisos de como o setor educacional se organiza na atualidade, e há a certeza de que são requisitos necessários e praticamente essenciais para que o se consiga visualizar as tendências que permeiam o projeto de ensino do país.

Gestão Escolar Democrática é um assunto novo, que precisa ser estudado, analisado, entendido. Desta forma fica evidente que deve estar sendo inseridas a todo o momento dentro dos espaços educativos, nas reuniões, nas salas de aula, etc., questões voltadas à formação de um cidadão que saiba entender o processo de democratização na qual a escola está inserida. E para que se entendam estes preceitos, é preciso buscar dentro do contexto histórico onde se começou a “cortar” caminho neste processo, pois alguns fatos do passado justificam as vivências do

presente, uma vez que o setor educacional passou por transtornos que não viabilizavam a educação como uma instância democrática, desde os jesuítas.

Este é um tema que chega ao enfoque social recentemente, necessita portanto de um trabalho voltado a conscientização e também da sensibilização. A falta de informação e até formação é que faz da sociedade um grupo ausente, que poderia se fazer presente, mas parece não haver interesse por parte de muitos para que isto ocorra com mais eficácia. A escola exerce um poder muito expressivo nas organizações sociais, mas é preciso que ela se faça poderosa, autônoma, responsável e compromissada com estas funções. Só assim ela passará a ser um espaço social, mas este processo deve ser analisado de forma mais significativa, porque os estudos demonstram que mais do que dizer-se democrático é preciso sentir-se democrático.

Portanto, todos os pontos significativos deste trabalho terão como enfoque a visão de uma situação ideal em busca de uma atuação real, onde a gestão democrática deixe de ser uma mera citação nos parâmetros legais do setor educacional, para se concretizar de forma efetiva dentro das ações dos estabelecimentos de ensino.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: TEORIA E PRÁTICA

Os estudos direcionados ao tema Gestão Democrática Escolar comprovaram que as reflexões relacionadas às escolas públicas no Brasil têm início com uma necessidade das classes populares e com a problemática que envolvia a produção do fracasso escolar. Em certo momento da história a escolarização foi reconhecida como um direito de todos, desta forma a iniciativa de se criar políticas públicas que objetivavam a expansão da oferta de vagas no setor educacional se fez presente neste período histórico, para tratar sobre o assunto: Gestão Escolar Democrática se fez necessário ampliar os horizontes a respeito da democratização do setor educacional no Brasil.

A escola exerce uma influência muito grande na formação do indivíduo, principalmente a escola pública, e já que a mesma se tornou uma prática social, passa a ser também um direito social do mesmo.

A história vai mostrar as lutas que se desencadearam em função da garantia do acesso, da permanência e do sucesso do educando no setor escolar. A criação

de políticas públicas promovia o direito a todos. Desta forma a expansão das vagas buscava garantir a presença de todas as crianças na escola. Grandes iniciativas até hoje implementadas, EJA, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Ensino Fundamental, Educação Infantil visam o atendimento às classes populares, a democratização das oportunidades de escolarização, na tentativa de vencer a exclusão social, promovendo assim a inclusão social e a efetiva participação da sociedade civil.

No Brasil, esta fala não tem passado da teoria, pois são inúmeros os fracassos da democratização escolar, por vários fatores tem negado aos estudantes a possibilidade de ter a experiência de sucesso.

Para que a escola consiga ter este êxito almejado alguns fatores se fazem necessários, o diálogo constante com os sujeitos que habitam as margens sociais e que de alguma forma passa a ser integrante do cenário escolar como uma consequência da democratização estabelecida, deve fazer parte dos estudos do cotidiano da escola pública, pois para quem atua neste setor, a trajetória será difícil caso não tenha concepção formada a respeito desta realidade.

A educação como direito de todos, trouxe para o setor educacional outro panorama, reconfigurando as características educacionais. Agora passa a lidar com a presença de um indivíduo que pode trazer resultados indesejados, caso o fazer pedagógico não se adapte as necessidades desse novo integrante. É neste contexto que se começa a democratização da escola.

Seguindo esta linha, os estudos mostraram também que muitos fracassos, muitas teorias, muitas legislações passaram a fazer parte do contexto histórico, todos envolvidos num processo de defesa da escola pública e gratuita para todos como um direito social dos indivíduos.

Mas foi a partir de 1930 que esta constante se intensificou, passando a ser escola pública e gratuita para todos como um dever do estado. É claro que isto implica em garantia de condições objetivas para o aluno e para o setor educacional, pois envolve o financiamento da educação pelo poder público.

Surge aí o Projeto Político Pedagógico, a autonomia escolar, a conscientização e participação no dia a dia do estabelecimento de ensino pelos seus atores, os dirigentes escolares, professores, demais funcionários. Os estudantes também são chamados a fazer parte desta temática, os pais dos alunos que constituem a comunidade escolar exercem força neste sistema.

Neste momento, vestígios de uma gestão democrática começa a aparecer. A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos nesta área, quando mencionou alguns itens importantes em relação à educação. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96, efetiva outras referências mais significativas e amplia de forma substancial as questões relacionadas à Gestão Democrática na Escola. A partir deste momento um estudo mais detalhado sobre esta temática é debatida no setor educacional.

Existem várias formas de gestão, e começar a falar sobre gestão democrática, é necessário que se faça uma síntese do significado destes dois vocábulos. O dicionário Aurélio, edição de 1988 traz a seguinte definição para gestão “1. Ato de gerir; gerência, administração.”. E para democrática

1. Relativo ou pertencente à democracia (1 e 2); democrata. 2. Que se adapta aos interesses do povo. 3. Que emana do povo, ou que a ele pertence; popular: representação democrática; governo democrático. 4. Que convive harmoniosamente com todas as classes sociais: O empresário é muito democrático perante seus subordinados. (HOLANDA, 1988)

A Gestão Democrática seria então, uma forma de gerir uma instituição, mas observados os conceitos de participação, transparência e democracia. Dentro destes contextos alguns princípios básicos devem ser esclarecidos dentro da Gestão democrática. Primeiro, na administração, por exemplo, tanto as decisões como as ações a serem elaboradas e concretizadas não devem obedecer à hierarquização. Estes assuntos devem ser levados a discussão e a tomada de decisões, e deverá seguir um consenso determinado no coletivo.

Outro aspecto importante tem a ver com os conceitos relacionados à participação. Na gestão democrática, novos processos de organização e gestão vão se efetivar, mas com estratégias que favoreçam a construção de processos coletivos e participativos na tomada de decisões. Neste sentido a participação passa a ter um significado muito amplo e fundamental, para aqueles que fazem parte da atuação no cotidiano escolar, no que se refere à implementação das ações estrategicamente formuladas. Os conceitos de participação se divergem, ou seja, nem todos os indivíduos entendem o significado de participação na mesma ótica, as diferenças significativas vão depender da natureza, do caráter, das finalidades de cada um e do alcance que a pessoa tiver aos processos participativos. Vale ressaltar então que o envolvimento nos processos de participação promove, por si só, a um contexto de

aprendizagem e porque não dizer de mudanças culturais que vão se construindo no cotidiano real.

A participação vai exercer um poder muito significativo dentro da organização de todo o processo de uma gestão democrática, que talvez pareça complexo, pois envolve vários cenários e muitas possibilidades de se estruturar esta organização, uma vez que não se efetiva por um caminho apenas. As dinâmicas vão se caracterizando através de atos pequenos de participação, de compartilhar ações, na tomada de decisões, etc. E o que é mais importante e não deve ser desmerecido jamais: o envolvimento dos diferentes seguimentos da comunidade escolar.

Para se esclarecer um pouco mais sobre os conceitos relacionados à participação em gestão democrática, no caderno 5 promovido pelo MEC, Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania, reimpressão 2007, disponível no site < <http://www.cead.unb.br/conselhoescolar/>> deixa uma contribuição muito interessante e reflexiva sobre esta interação social.

Outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal. (BRASIL, 2007)

E por último a transparência. Esta tem a ver com envolvimento, com exposição e clareza nos objetivos, nas ações, etc.. Desta forma, qualquer decisão ou ação que se originar na tomada de decisões ou implantação de estratégias deve ser do conhecimento de todos os participantes representativos da comunidade escolar, sem distinção.

Esclarecidos estes três aspectos importantíssimos, outros componentes básicos devem fazer parte, na prática, de uma gestão democrática dentro do setor educacional.

São eles: a constituição do Conselho Escolar, a Elaboração do Projeto Político Pedagógico, observando a coletividade e a participação nesta. A construção do PPP, definição da verba da escola pela comunidade escolar incluindo a divulgação e a transparência na prestação de contas. A avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica e por último a eleição direta para diretor das escolas.

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases do setor educacional deixa bem claro a gestão democrática dentro das unidades de ensino.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto políticopedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. (LDB, 1996)

Desta forma, fica bem claro que, ao designar as normas para a gestão democrática, dois instrumentos estão destacados dentro da LDB como fundamentais na constituição do contexto escolar participativo e dinâmico. Primeiro, a elaboração do PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola, observando a participação dos profissionais que atuam nesta educação e Segundo, a participação da comunidade escolar e local através de representatividades inseridas em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Com a finalidade de melhores esclarecimentos a respeito destes dois eixos que compreendem a eficácia da gestão democrática, Algumas definições de conceitos e atuações de cada uma delas merecerão destaque aqui.

O setor educacional caminha, se estrutura, se organiza e se direciona através de legislações educacionais. Por isto todas as ações previstas nesta área, em âmbito geral devem estar amparadas em uma das leis designadas e definidas pelos espaços parlamentares competentes, que de alguma forma são influenciados pelos movimentos sociais, que na maioria das vezes têm como meta a gestão democrática escolar. Um destes documentos é a LDB, já mencionado e o outro é a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 206 traz a redação do inciso “VI – gestão democrática do ensino público na forma da lei;” Para que se cumpra o explícito na Lei, um desafio se contrapõe, a gestão democrática escolar deve contribuir para um processo de construção do cidadão emancipado, e para que isto se efetive na prática é preciso que este indivíduo seja autônomo, participativo, através de estratégias que lhe ofereça estes requisitos básicos. E uma delas, no setor educacional é o Conselho Escolar.

Neste país, esta questão relacionada à democracia foi adquirida de forma histórica, pois em dado momento se tinha a liberdade, perdeu-se esta e em seguida

se recuperou novamente, por isto que no Brasil, a criação e a atuação de órgãos de apoio, decisão e controle público da sociedade civil no que se refere a administração pública têm um significado histórico muito marcante. Desta forma a educação se estruturou ao longo dos anos, depois de muita luta também, sua organização através de espaços colegiados, que são demarcadas conforme a esfera e instância de poder a qual pertence, que se materializa através do Conselho Nacional, se expande para os Conselhos Estaduais e Municipais, e Escolares. Estes espaços e porque não dizer organizações são fundamentais para a definição das políticas educacionais que de forma estruturada ira nortear a prática educativa de acordo com as diretrizes e princípios definidos pelas variadas instâncias.

O Conselho Escolar, talvez já esteja mencionado na LDB, porque é um colegiado que exerce um papel decisivo dentro deste processo de democratização da educação, pois reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade com o intuito de discutir, definir e acompanhar o projeto políticopedagógico da escola. Uma vez que este deve contemplar em seu contexto uma realidade nacional e internacional relacionada ao meio em que o educando esteja inserido. Ressaltando que O PPP é uma proposta global da prática educativa da escola, onde há uma proposta de trabalho, definições de estratégias, de funções, etc., a concepção de ensino e outras estão inseridas também. Este pode ser considerado, de uma forma menos formal, “a cartilha” do estabelecimento de ensino.

Se a LDB prevê a gestão democrática do ensino público, nada mais coerente que seus gestores se originem de uma forma democrática dentro do estabelecimento de ensino. Desta forma se estabeleceu a eleição direta para os diretores das escolas públicas do país.

As mudanças que ocorreram no mundo a partir da década de oitenta em todos os setores econômicos, sociais e culturais, demonstram que a humanidade está se inserindo na era do “trans”, todos os assuntos ultrapassam as fronteiras e correm mundo, havendo o intercâmbio quase que imediato de conhecimentos e padrões sociais e culturais, tendo como meio de exceder estas linhas demarcatórias as tecnologias da comunicação, dentre outros fatores.

Estas tendências exigem reformas educacionais em nível mundial, o professor não pode mais ficar a mercê de seu aprendizado inicial, surge dois temas muito polêmicos, a formação continuada dos docentes e os debates educacionais

com toda a sociedade. Muitas reflexões fazem parte deste processo de transição mas o enfoque principal está na qualidade do ensino e na formação da personalidade do aluno como um cidadão autônomo, participativo e inserido no mundo social no qual pertence.

A gestão democrática da educação está associada à participação social, através de meios legais e institucionais e também à organização de ações que promovam estas atuações. Estratégias na formulação de políticas educacionais, envolvimento no planejamento; no uso dos recursos e nas necessidades de investimentos; na execução das deliberações coletivas. Participação ativa nos momentos de avaliação da escola e da política educacional adotada pelo estabelecimento devem ser parte integrantes das discussões relacionadas ao coletivo escolar.

Mas, a democratização vai muito mais além, ela necessita estar envolvida com o desenvolvimento educacional do educando, observando o acesso e as estratégias adotadas com o objetivo de garantir a permanência do aluno na escola. Já que um dos pontos mais discutidos na atualidade está relacionado à universalização do ensino para toda a população. Talvez este seja um momento de se discutir também o tipo de ensino/aprendizagem que se está sendo oferecido, ou seja, a qualidade dessa educação.

Estes são pontos importantes que deve garantir e mobilizar a presença de todos que fazem parte desta máquina, uma vez que cada um se torna uma peça fundamental nas engrenagens que movimenta este setor.

O processo de democratização dos sistemas de ensino ou que seja das escolas, necessita de um aprendizado que envolva a formulação de conceitos práticos, onde o aprendizado e a vivência relacionados a participação e tomada de decisões estejam bem claros e definidos no ser humano.

E tem que se desenvolver de forma coletiva, considerando todas as vertentes sociais, ou seja, levar em consideração todas as especificidades e a realidade histórico-cultural de cada sistema de ensino, municipal, estadual ou federal, observadas também as de cada escola.

Quando se fala em Gestão Democrática: Teoria e Prática, alguns pontos devem ser levantados. A compreensão de que esta ação não se efetiva com decreto, portarias ou resoluções, e que é uma somatória de atitudes e habilidades

construídas ao longo do tempo, resultante dos conceitos que o indivíduo tem formado a respeito de gestão e de participação.

A Constituição Federal de 1988 já promovia em suas teorias a gestão democrática no setor educacional, a LDB de 1996 dispunha normas para a construção de uma prática democrática dentro das escolas, mais de vinte anos se passou que a primeira foi promulgada e mais de dez que a segunda se estabeleceu, e até hoje ainda não se efetivou na prática escolar estratégias práticas de Gestão Democrática. Em muitos lugares ainda não se instituiu o Conselho Escolar nos estabelecimentos de ensino. Existem municípios que estabeleceu normas a respeito deste assunto e formou o colegiado, mas não há atuação. Parece que neste país o papel tem mais importância que a ação. A concepção de Conselho Escolar não está vinculada à de participação.

Em relação a este impasse entre gestão escolar e participação, vale a pena destacar as falas de Catani e Gutierrez, o que eles dizem sobre este assunto.

Toda e qualquer organização que tente implantar e desenvolver práticas de natureza participativa vive sob a constante ameaça da reconversão burocrática e autoritária dos seus melhores esforços. As razões para isto são diversas: história de vida de seus membros, supervalorização ideológica das formas tradicionais de gestão, demandas específicas difíceis de conciliar, etc.

De tudo isso, contudo, um ponto deve ser destacado: a participação se funda no exercício do diálogo entre as partes. Essa comunicação ocorre, em geral, entre pessoas com diferentes formações e habilidades, ou seja, entre agentes dotados de distintas competências para a construção de um plano coletivo e consensual de ação. Na prática da gestão escolar, esta diferença, que em si não é original nem única, assume uma dimensão muito maior do que a grande maioria das propostas de gestão participativa e autogestão que pode ser observada.

Desta forma, é preciso que haja a compreensão de que os processos culturais na escola envolvem diretamente os variados segmentos das comunidades local e escolar, seus valores, atitudes e comportamentos, pode dar margem a uma linha de contradições que se não forem trabalhadas com muito cuidado, colocando em prática a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, com garantias claras da liberdade de expressão, onde a convivência democrática se pronuncie no cotidiano, buscando a construção coletiva, poderá ser mais um local de divergências e discórdias onde os integrantes não falam a mesma língua e não chegam a um consenso, podendo distorcer todo o processo de democratização.

Na realidade, segundo estudos, esse processo de mudança na organização do coletivo escolar tem ampliado o estabelecimento de ações compartilhadas no setor educacional, vinculando a estruturação da equipe gestora e aos Conselhos Escolares os avanços no que se refere à democratização da gestão escolar.

Por isto, talvez um dos caminhos para se estabelecer normas eficazes seria a definição de papéis políticos aos integrantes destas duas instâncias, determinando as formas de articulação político-pedagógica. Paro (2001) foi muito feliz em sua colocação no que se relaciona a este assunto, dizendo que

inteirado o conselho numa política mais ampla da gestão escolar, parece que outra importante questão a ser enfrentada refere-se à necessidade de uma definição mais precisa de suas funções, dotando-o de atribuições e competências que o tornem co-responsável pela direção da escola, sem provocar choque de competências com o diretor [...]. Uma solução que se poderia imaginar para essa questão é a de dotar o conselho de escola de funções diretivas, semelhantes às que tem hoje o diretor.

Dessa forma, o responsável último pela escola deixaria de ser o diretor, passando a ser o próprio conselho, em co-responsabilidade com o diretor, que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o conselho, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que uma pessoa, sozinha corra o risco de ser punida pelos escalões superiores. Supõe-se que, assim, o dirigente da escola (o conselho) detenha maior legitimidade e maior força política, posto que representa todos os setores da escola. Seu poder de barganha e sua capacidade de pressão, para reivindicar benefícios para a escola, seriam, também, superiores ao do diretor isolado.

A gestão democrática do setor escolar só efetiva na prática se estes elementos teóricos passarem a interagir, mas de forma profícua no estabelecimento de ensino, uma vez que a democratização da gestão ocorre com o fortalecimento dos mecanismos de participação na escola, principalmente o do Conselho Escolar, através do envolvimento dos diferentes segmentos das comunidades local e escolar nas questões e problemas vivenciados pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo moderno parece que adotou o termo democracia em seus discursos, há uma intensificação neste termo e parece que juntamente com esta intensificação existe a necessidade de intencional de causar algum efeito. Uma análise mais profunda em conteúdos relacionados a história da Educação e também nas disciplinas estudadas, o que mais chamou a atenção foram as questões inovadoras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – Lei 9394/98 e

também o progresso legal em relação a Constituição Federal de 1988. Mas, não só a que se refere o aparato legal, mas também em relação às vertentes educacionais. No momento em que se abordou a disciplina que especificava as questões relacionadas a uma gestão democrática dentro do setor educacional, a curiosidade foi eminente e algumas leituras mais aprofundadas, principalmente em sites oficiais do governo, principalmente do Ministério da Educação levou a formulação de concepções associadas as que lá continham.

Segundo alguns estudos a gestão democrática se efetiva principalmente dentro de alguns enfoques relacionados à eleição para diretores e mais especificamente através dos Conselhos Escolares.

Para quem trabalha no âmbito escolar a informação de que estas duas esferas democratizam a educação é furada, até porque a vivência com estes duas linhas deixa claro que a democratização do setor educacional expande a compreensão legal. Não são as leis que vão determinar esta democratização, mas sim as ações emergentes dentro dos estabelecimentos de ensino. Com base nestes conceitos nasceu o desejo de se fazer um trabalho relacionado a estas temáticas, mas, que fosse algo contundente que promovesse a reflexão daqueles que tomassem contato com a temática deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Foi neste contexto, e buscando respostas coerentes a estes assuntos que surgiu a problemática do TCC. Quais são os requisitos necessários para que a gestão democrática se efetive na prática?

Mas o desejo maior aqui era de entender como funciona na prática esta gestão democrática que é tão propagada dentro dos setores educacionais. Visualizar o panorama real para confrontar com o panorama ideal inserido nas concepções pedagógicas das escolas, uma vez que o contato com os sistemas de ensino promove a formulação de idéias que expandem aos ideais propostos nos documentos que regem o setor educacional.

No decorrer do trabalho e das pesquisas aquilo que se era esperado e precisava apenas de comprovação, a educação se vangloria em dizer que a meta principal é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, este é o discurso que aparece em qualquer fala onde envolva o fator democracia. Até porque estes termos estão na maioria das vezes ligados a agregação de fortalecimento da democracia no processo pedagógico e estes estão inseridos onde? Claro, no projeto de Gestão Democrática da Escola.

Muito interessante, mas na prática o que se observa é uma escola camuflada, deixando bem claro que a realidade na qual se expressa este trabalho é a realizada no município onde os trabalhos se sucederam, talvez não condiga a um contexto geral, mas voltando a camuflagem do setor educacional vivenciado neste trabalho, falar que a direção é democrática não basta, eleger um diretor não quer dizer que houve democracia, acredita-se que muitas vezes apontar uma direção democraticamente para um estabelecimento de ensino cumpra muito mais as teorizações, que simular uma eleição onde as cartas do jogo já foram marcadas. E por outro lado mandato vitalício não condiz a uma realidade de democracia.

Outra questão pouco condizente está relacionada a participação da comunidade no âmbito escolar, aí vem novamente a implantação da Gestão democrática em diversas instâncias e muitos dizem que ela se efetiva através do Conselho Escolar.

Se for feito um levantamento nos setores educacionais o resultado assustador de que(?) muitos nem sabem que existe um Conselho Escolar dentro de seu estabelecimento de ensino, a não ser é claro aquele que participam dele. Visto por este ângulo intui-se que os Conselhos Escolares que poderiam ser a máxima nas questões voltadas a democratização dos espaços escolares passa a ser apenas uma válvula de escape para o cumprimento de uma lei que determina a formação destes nos recintos educacionais.

Desta forma aquele conceito inicial que determinou a problemática vista como uma realidade concreta no setor educacional passa a tomar forma: A Gestão Escolar Democrática está efetivada muito mais na teoria do que na prática. E deveria ser ao contrário, parece que no Brasil as águas correm ao para o outro lado do rio, primeiro se institui, efetiva legalmente, depois tenta colocar em prática, e em consequência de sua estruturação leva décadas para se organizar de forma a se tornar uma ação de fato.

A legislação demonstra tanto em seu contexto histórico como em sua efetivação através da teoria que o sonho democrático é algo que expande a realidade humana. Expande e encanta, todos visualizam um mundo de igualdade de direitos, com educação de qualidade, caminhando para um mundo onde os anseios e os desejos da grande maioria estão sempre em primeiro lugar.

Pena que no real as barreiras se tornam obstáculos intransponíveis, pois o aspecto legal está sempre sem condições de amparar a prática, seja por falta de recursos, seja por falta de material, seja por falta de...

Alguns autores dizem que na gestão democrática as dúvidas, os anseios em relação a estruturação do sistema são substituídas pela compreensão dos problemas abordados e as buscas de soluções possíveis, procurando priorizar o que de melhor poderão oferecer para o desenvolvimento harmonioso dos educandos. Considerando que através do diálogo harmonioso, vale à pena repetir, os problemas serão resolvidos.

Uma das grandes dificuldades deste trabalho está incorporada ao ato de entendimento, pois compreender um sistema onde o ambiente democrático é tão defendido é muito difícil no momento em que se vê uma prática totalmente contraditória.

A escola trabalha como se estivesse na contramão, os amparos legais são condições essenciais para a estruturação dos estabelecimentos de ensino, mas, por outro lado, parece haver uma desconexão neste sentido. Defende-se tanto a existência de um ambiente onde as problemáticas estejam envolvidas em um processo dialógico entre o conjunto corporativo dos estabelecimentos de ensino, porém esta democracia não se efetiva no contexto real.

A camuflagem está presente em todos os momentos. Durante o desenvolvimento das atividades algumas pesquisas realizadas através de questionamentos mostraram que os profissionais que atuam no setor educacional parecem alheios a algumas questões muito sérias dentro do setor de ensino, um exemplo prático disto está relacionado às diretrizes que norteiam os trabalhos dos professores. Segundo respostas dos próprios profissionais desconhecem o conteúdo existente dentro da proposta pedagógica e do regimento escolar. Estes documentos estão tão explícitos, pois ao tomar contato se percebe que as funções de cada elemento constituinte do contexto escolar estão expressas de forma bem clara.

Mas, o que acontece na realidade é que esta documentação acaba por se transformar em objetos de gaveta, pois a própria aparência dos mesmos demonstra isto. Estão perfeitos demonstrando que o manuseio está longe de ter se efetivado.

O que se quer esclarecer com isto é que se os próprios profissionais da educação não se preocupam em analisar, questionar e observar como se forma um ambiente escolar e quais as funções de cada elemento, qual a função do diretor,

qual a função do professor. O aluno? Qual é a sua atuação? Como pode cobrar algo a mais da sociedade. Se a escola é tida como um espaço onde o saber se dissemina de forma sistematizada e todos os integrantes deste processo são formadores, onde o foco principal está voltado para o pensamento crítico de um indivíduo autônomo que se coloca como sujeito de sua história e de sua aprendizagem encaixado como uma peça fundamental no sistema.

Abordar conceitos sobre a gestão democrática escolar é muito complexo, a partir do momento em que se observa ser um assunto interessante, mas novo. O que mais se cristaliza neste processo é a eleição para diretores. Alguns comentários sobre este assunto foi muito bem colocado no caderno 5 do curso lançado pelo MEC, direcionado aos professores de forma online, Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania. O conteúdo expressa que as expectativas do ato de eleição para a direção estavam no intuito de eliminar o autoritarismo, pois se entende que o professor sendo eleito pelo grupo de participantes do contexto escolar como gestor do estabelecimento de ensino daria a ele a responsabilidade de compromisso mais acentuado com este pessoal, pois se acreditava que era a forma de inserção deste diretor que lhe permitia a sua ação. Mas pelo que parece não é bem assim.

No entanto, como realmente é fica difícil de explicar a partir do momento que poucos ousaram falar sobre este assunto. Uma análise nas páginas da internet demonstra que as bibliografias que abordam a Gestão Democrática Escolar estão muito sintéticas, quando existem.

Existe a necessidade de se aprofundar mais neste assunto. E novos estudos devem ser abordados, com questionamentos contundentes. A Gestão Escolar Democrática vai muito mais além das estratégias apontadas neste estudo. Pois democratizar a escola já é um caminho que não encontrou a direção.

A escola está inserida em um processo de mudanças que busca o estabelecimento de ações coletivas e ao mesmo tempo compartilhadas. E isto só se efetiva na prática, ou quem sabe se fortalece através da equipe gestora, a formação de um Conselho Escolar que cria em suas estruturas um vínculo de concepções que direcionam os nortes no sentido de avanços da democratização da gestão escolar e isto já se demonstra em alguns momentos na prática.

Por isto, talvez um dos pontos mais estratégicos deste processo seria a definição de papéis. Um conselho bem organizado, onde as atribuições de cada

integrante estejam delimitada e cabível dentro de um sistema de organização político / social seria o mais aconselhável, ou melhor, talvez seria o mais interessante.

Há quem defenda que estas duas instâncias são os pontos mais importantes dentro do processo de efetivação da democratização da gestão escolar. No entanto, como já foi dito anteriormente, há poucos estudos que elevem este pensamento a uma estrutura mais lógica. Ficando as defesas em favor de uma política partidária, onde as expectativas individuais se organizam em função de uma educação que defenda uma classe, onde os integrantes são em menor quantidade e mais abastados financeiramente.

Fica aqui o grande enfoque, democratizar as formas de organização, sustentação e gerenciamento escolar é preciso, mas como efetivar estas estratégias, se desvinculando de um sistema onde o poder do autoritarismo sempre prevaleceu nas linhas mais intensificadas do setor educacional?

BIBLIOGRAFIA

BAFFI, Maria Adélia Teixeira, **Modalidade de Pesquisa: Um estudo introdutório** 2002. Pedagoga – PUC – RJ. Mestre em Educação – UFRJ, disponível no <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met02a.htm>> Acesso em 13 abr. 2009

Brasil. **Constituição Federal**. Brasília, 1998.

_____. Lei Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA; **Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania**. Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino – Brasília: MEC.

Reimpressão 2007. Disponível no site < <http://www.cead.unb.br/conselhoescolar/>>
Acesso 01 abr. 2009.

CATANI, Afrânio M.; GUTIERREZ, Gustavo L. **Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades**. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.

FARFUS, Daniele. **Gestão escolar: teoria e prática na sociedade globalizada**. Curitiba: IBPEX, 2008.

HOLANDA, A. B., 1988, **Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa**, 1 ed., Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo. <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>
Acesso em 20 abr. 2009.

NACIMENTO, Laila M. do < <http://comunicagestao.blogspot.com/2007/12/gesto-democrtica-escolar.html>> acessado em 01 mar. 2009

PARO, Vitor H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001